

A ATUAÇÃO DA EQUIPE MULTIPROFISSIONAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA MUNICIPAL DE APUIARÉS: UM RELATO SOBRE A IMPLANTAÇÃO, DESAFIOS E PERSPECTIVAS NO BIÊNIO 2024-2025

THE PERFORMANCE OF THE MULTIDISCIPLINARY TEAM IN MUNICIPAL BASIC EDUCATION IN APUIARES: A REPORT ON IMPLEMENTATION, CHALLENGES, AND PERSPECTIVES IN THE 2024-2025 BIENNIUM

LA ACTUACIÓN DEL EQUIPO MULTIPROFESIONAL EN LA EDUCACIÓN BÁSICA MUNICIPAL DE APUIARES: UN INFORME SOBRE LA IMPLEMENTACIÓN, DESAFÍOS Y PERSPECTIVAS EN EL BIENIO 2024-2025

Camila Márcia Vasconcelos Ferreira¹
Rozineide Iraci Pereira da Silva²

RESUMO: Este estudo analisa o processo de implantação de uma Equipe Multiprofissional na rede municipal de ensino de Apuiarés, Ceará, entre 2024 e 2025, à luz das normativas que regulamentam a inserção desses profissionais na educação básica. Trata-se de um relato de experiência de natureza qualitativa, fundamentado em observação participante e análise documental. Os resultados evidenciam que, embora a criação formal da equipe represente avanço nas políticas de inclusão escolar, sua inserção ocorreu em meio a indefinições institucionais, fragilidades estruturais e permanência de expectativas clínico-terapêuticas incompatíveis com o campo educacional. Observou-se que a ausência de planejamento técnico, a fragmentação entre políticas públicas e a insuficiente articulação com a gestão pedagógica limitaram a consolidação do trabalho multiprofissional. Apesar desses desafios, a atuação interdisciplinar favoreceu práticas preventivas, a construção de fluxos institucionais e o fortalecimento do atendimento aos estudantes em situação de vulnerabilidade. Os achados indicam que a efetividade dessas equipes depende da garantia de condições materiais, organizacionais e políticas que sustentem sua atuação no contexto escolar.

Palavras-chave: Equipe multiprofissional. Educação inclusiva. Política educacional.

¹Mestranda em Ciências da Educação na Christian Business School-CBS, Letróloga pela Universidade Estadual Vale do Acaraú-UVA, Pedagoga pela Universidade Cesumar-UniCesumar, Psicopedagoga e Neuropsicopedagoga.

²Professora do Ensino Superior e professora orientadora da Christian Business School-CBS. Ph.D. Doutora em Ciências da Educação pela Universidade Federal de Alagoas-UFAL, Mestra em Ciências da Educação pela Universidade Federal de Alagoas-UFAL, Psicopedagoga, Pedagoga, Analista do Comportamento Aplicada, Especialista em Escrita Acadêmica Avançada.

ABSTRACT: This study analyzes the implementation process of a Multidisciplinary Team in the municipal education system of Apuiarés, Ceará, between 2024 and 2025, in light of the regulations governing the inclusion of these professionals in basic education. This is a qualitative experience report based on participant observation and document analysis. The results show that, although the formal establishment of the team represents progress in school inclusion policies, its implementation occurred amid institutional ambiguities, structural weaknesses, and the persistence of clinical-therapeutic expectations incompatible with the educational field. It was observed that the lack of technical planning, the fragmentation between public policies, and the insufficient articulation with pedagogical management limited the consolidation of multidisciplinary work. Despite these challenges, interdisciplinary action favored preventive practices, the development of institutional procedures, and the strengthening of support for students in situations of vulnerability. The findings indicate that the effectiveness of these teams depends on the guarantee of material, organizational, and political conditions that sustain their work in the school context.

Keywords: Multidisciplinary team. Inclusive education. Educational policy.

RESUMEN: Este estudio analiza el proceso de implantación de un Equipo Multiprofesional en la red municipal de enseñanza de Apuiarés, Ceará, entre 2024 y 2025, a la luz de las normativas que regulan la inserción de estos profesionales en la educación básica. Se trata de un relato de experiencia de naturaleza cualitativa, fundamentado en observación participante y análisis documental. Los resultados evidencian que, aunque la creación formal del equipo representa un avance en las políticas de inclusión escolar, su inserción ocurrió en medio de indefiniciones institucionales, fragilidades estructurales y permanencia de expectativas clínico-terapéuticas incompatibles con el campo educativo. Se observó que la ausencia de planificación técnica, la fragmentación entre políticas públicas y la insuficiente articulación con la gestión pedagógica limitaron la consolidación del trabajo multiprofesional. A pesar de estos desafíos, la actuación interdisciplinaria favoreció prácticas preventivas, la construcción de flujos institucionales y el fortalecimiento de la atención a estudiantes en situación de vulnerabilidad. Los hallazgos indican que la efectividad de estos equipos depende de la garantía de condiciones materiales, organizativas y políticas que sostengan su actuación en el contexto escolar.

Palabras clave: Equipo multiprofesional. Educación inclusiva. Política educativa.

INTRODUÇÃO

A incorporação de Equipes Multiprofissionais na educação básica representa uma conquista recente no Brasil que vem se consolidando sobretudo após o aparato legal da Lei Nº 13.935 (BRASIL, 2019), que determina que a Equipe Multiprofissional da educação básica deve contar minimamente com psicólogo e assistente social, embora não se restrinjam a essas especialidades, pois já existem históricos de equipes que contam com os mais diversos profissionais.

A inserção de assistentes sociais, psicólogos, fonoaudiólogos, psicopedagogos, terapeutas ocupacionais e outras especialidades nas redes de ensino emerge como resposta às demandas cada vez mais complexas que ultrapassam os limites da sala de aula, exigindo olhares

interdisciplinares sobre o processo de aprendizagem, desenvolvimento humano e proteção social de crianças e adolescentes.

As Equipes Multiprofissionais passam a ganhar ainda mais respaldo com o discurso de inclusão, no entanto, Mantoan MTE (2015) ressalta que historicamente a educação brasileira percorreu uma trajetória marcada pela transição de um modelo de integração, em que o estudante precisava adaptar-se ao sistema escolar, para o paradigma da educação inclusiva, que pressupõe a transformação das instituições para acolher a diversidade humana, sobretudo a partir Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008 (BRASIL, 2008).

Esse movimento encontra respaldo jurídico na Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), que declara a educação como direito de todos e dever do Estado e da família; na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), reafirmando esse princípio e prevendo inclusive o atendimento educacional especializado; consolidando-se com a Lei Brasileira de Inclusão (BRASIL, 2015) prevendo que o Estado tem o dever de assegurar um sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, ademais, recentemente, o Decreto nº 12.686 de outubro de 2025 (BRASIL, 2025), atualiza e institui a nova Política Nacional de Educação Especial Inclusiva, com novas diretrizes, tornando obrigatório e previsto em lei o Plano Educacional Individualizado (PEI).

3

Nesse cenário, observa-se que as demandas escolares contemporâneas se revelam cada vez mais complexas, extrapolando o campo estritamente pedagógico. Questões relacionadas a dificuldades de aprendizagem, infrequência, evasão escolar, vulnerabilidade social e situações de violência exigem atuação articulada e intersetorial, demonstrando que a prática uniprofissional é insuficiente, portanto, o trabalho multiprofissional contribui para o enriquecimento teórico, metodológico e prático entre profissões, fortalecendo a educação (CRAVEIRO AV, 2019), proporcionando maiores reflexões sobre as múltiplas problemáticas e possibilitando uma melhor resolução desses desafios.

Todavia, a inserção dessas equipes no cenário educacional gerou confusão sobre a atuação desses profissionais dentro das escolas. Mesmo havendo documentos norteadores do Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2019) e do Serviço Social (CFESS, 2011), bem como as diretrizes teóricas de profissionais inseridos em campos distintos (como o clínico e o institucional), persiste a expectativa de que os profissionais que compõem as Equipes

Multiprofissionais atuem de forma clínico-terapêutica, tal como o fazem em outras políticas públicas, desconsiderando a especificidade da atuação no contexto educacional e institucional.

Apesar do avanço normativo, a inserção dessas equipes ainda ocorre em contextos marcados por indefinições institucionais, precariedade estrutural e permanência de racionalidade clínica sobre profissionais inseridos no campo educacional. Nesse contexto, este artigo apresenta o relato de experiência longitudinal sobre a implantação da Equipe Multiprofissional da Secretaria Municipal de Educação de Apuiarés (SME), município cearense que conta, segundo o censo de 2022 com 12.928 habitantes (IBGE, 2022), ao longo do biênio 2024-2025. A equipe, composta por assistente social, psicóloga e duas psicopedagogas, foi criada em resposta à grande demanda de laudos que chegavam às escolas com indicação de acompanhamento psicológico e psicopedagógico.

A análise qualitativa articula dados registrados pelas profissionais buscando responder: como se configura a atuação de uma Equipe Multiprofissional educacional em um município de pequeno porte, diante das tensões entre a demanda por atendimentos clínico-terapêuticos e a atuação institucional preconizada pela literatura especializada?

A relevância desta questão sustenta-se no fato de que, conforme apontam Craveiro AV (2019), Sampaio S (2021) e Acampora B e Acampora B (2023), a atuação do assistente social, psicólogo e psicopedagogo na educação básica difere substancialmente de suas atuações nas políticas de assistência social e na saúde. Os processos de trabalho desses profissionais ligados à educação estão condicionados por determinantes institucionais específicos, e é a partir desses limites definidos que o trabalho pode ocorrer com eficácia, trazendo resultados para o ensino-aprendizagem.

REFERENCIAL TEÓRICO

Equipes Multiprofissionais na Educação: objetivo, fundamentos e legislação

A presença de equipes multiprofissionais nas redes de ensino fundamenta-se, para além dos marcos legais brasileiros, isto é a Lei Nº 13.935 (BRASIL, 2019), que já aponta dois profissionais que são imprescindíveis para compor essas equipes - psicólogo e assistente social -, em uma compreensão ampliada do direito à educação, que pressupõe não apenas o acesso, mas a permanência com qualidade e a garantia de condições favoráveis ao desenvolvimento integral dos estudantes, ainda mais quando observa-se que, atualmente, há muitos assuntos de ordem

que não são apenas pedagógicas e que impactam na aprendizagem e permanência dos alunos na rede de ensino.

A perspectiva sociointeracionista de Vygotsky, sistematizada por Taille et al. (2019), compreende a aprendizagem como processo socialmente construído, o que reforça a necessidade de intervenções institucionais que ultrapassem o atendimento exclusivamente pedagógico, necessitando da inserção de profissionais encontrados, mais comumente, em outras áreas dentro das políticas educacionais para que haja um diálogo entre saberes.

É importante frisar que embora as Equipes Multiprofissionais sejam agora obrigatórias legalmente dentro do âmbito educacional, o foco dessas equipes não é o atendimento clínico individual, mas sim para atuarem no projeto-político-pedagógico, com ações que promovam a melhoria e a qualidade do ensino, bem como o enfrentamento à violência e a mediação de conflitos, proporcionando maior aprendizagem e desenvolvimento integral, ou seja, o objetivo é que os profissionais que a compõe atuem no intuito de entender as necessidades do aluno e da instituição em suas múltiplas facetas tendo em vista suas especificidades profissionais.

Embora seja impreterível a criação de Equipes Multiprofissionais, sua implementação plena ainda enfrenta múltiplos desafios por estados e municípios, desde a escassez de fiscalização para observação da implementação dessas equipes, como também pela ideia contraditória com que esses profissionais são vistos pelos profissionais da educação, como se o público das equipes fossem apenas crianças e adolescentes especiais e laudados e estes profissionais fossem clinicar nas escolas. Pode-se observar que essa visão não é tão nova assim, mas histórica, como Mendes EG (2010) ressalta que, quando se trata de educação especial no Brasil, a abordagem utilizada sempre foi mais terapêutica e assistencial do que propriamente educacional sendo, inclusive, muitas vezes delegada a instituições filantrópicas privadas devido à omissão do Estado e de políticas públicas eficientes voltadas para esse público.

Outro viés que é desafiador para o bom impacto das práticas de Equipes Multiprofissionais, deve-se ao fato de que, em boa parte das vezes, há apenas uma equipe - composta por poucos profissionais, tanto em número quanto em especificidade - para atuarem em toda uma rede, como é o caso do município de Apuiarés, ou seja, não existe uma atuação de Equipes Multiprofissionais por escolas, mas quando o estado/município tem essas equipes elas são únicas e estão centradas nas secretarias de educação e servem para atender as demandas de todas as escolas da rede ou, em algumas delas, quando composta por mais de um profissional

por especialidade são setorializadas e estes profissionais se dividem para atender as escolas que compõem seu setor.

Embora a realidade ainda seja complexa o fato é que ao trazer profissionais de várias áreas para comporem as Equipes Multiprofissionais na educação e os mesmos darem contribuições específicas de suas áreas com um caráter institucional e não apenas individual, isto é, pautado para a transformação das condições institucionais e ambientais pressupõe-se, portanto, que seus papéis não serão iguais ao de suas funções em outros campos/políticas, mas terão um escopo pertinente ao plano educacional a fim de contribuir na aprendizagem e consolidação de conhecimentos de todos que estão na escola (seja típico ou atípico), portanto, a ideia seria que, quando alguém necessitasse de um acompanhamento mais de perto ou uma intervenção direcionada exclusivamente ao sujeito, os profissionais dessa equipe deveriam fazer os devidos encaminhamentos, facilitando ainda mais o acesso às políticas públicas através da escola.

Desse modo, ver profissionais de outras áreas fazendo parte da educação básica é uma conquista que vai de encontro com a realidade contemporânea de ensino integral e de diversidade e inclusão, onde vários saberes podem fortalecer ainda mais as políticas educacionais e cujas ações dos profissionais devem ter caráter preventivo, coletivo/individual em caráter institucional educacional mostrando que profissionais de outras especificidades são indispensáveis em Equipes Multiprofissionais para darem ainda mais suporte às escolas.

6

Para Franco RL (2022) a proposta de Equipes Multiprofissionais na educação, nutre-se na atividade cooperativa resultando na união de profissionais com conhecimentos distintos, compartilhamento de conduta, reflexão e intercessão em diversas instâncias, sejam elas em relação a contextos, pessoas, situações, saberes conceituais e objetivos quando vivenciados ou detectados como obstáculos pelas escolas.

Essa união de saberes em colaboração pressupõe proporcionar maior acesso e qualidade para todos os envolvidos sejam no quesito aprendizagem ou convivência entre docentes, discentes e toda a comunidade escolar através de um trabalho institucional de melhoria de serviços prestados à comunidade com o intuito de que ao avaliar outras demandas, além daquelas institucionalizadas, os profissionais possam encaminhá-las para quem é de direito auxiliar de uma forma mais intensiva que o âmbito educacional não pode abarcar pois foge-se ao seu escopo de atuação.

Psicopedagogia, Psicologia e Serviço Social: especificidades e articulações no âmbito institucional/educacional

Compreender a função de cada profissional específico dentro de uma Equipe Multiprofissional educacional vai além de compreender toda a questão legalista, que dá obrigatoriedade ao sistema a implantar equipes, mas é importante observar os documentos e especificidades que direcionam o *modus operandi* desses profissionais dentro da política educacional, no que é ou não de sua competência, pois os mesmos devem atuar em favor do projeto-político-pedagógico, seguir seus códigos de ética, orientações de seus respectivos conselhos, mas também atuar amparados pela teoria em seus campos de atuação quando vinculados a uma instituição educacional.

Dessa maneira, importa distinguir a atuação da psicopedagogia clínica da institucional, uma vez que seu papel no contexto da educação básica é singular, pois sua atuação tem em vista trabalhar preventivamente com grupos dentro das instituições, seja escolar, seja nas organizações, com os colaboradores que necessitam aprender algo relativo ao trabalho por meio da formação continuada (ACAMPORA B e ACAMPORA B, 2023). Ainda segundo Sampaio S (2021) o psicopedagogo institucional não irá tratar do transtorno específico de aprendizagem, considerando que os alunos que apresentam esse quadro deverão ser encaminhados ao profissional que trabalha em consultório, nesse ínterim, a autora ressalta que há muito a ser feito na escola para auxiliar os alunos que apresentam alguma problemática referente à aprendizagem antes de encaminhá-los a um profissional externo.

7

Contudo, para que este profissional possa atuar ele precisa do apoio e parceria com a equipe escolar, no entanto Masini EFS (2015) ressalta que o psicopedagogo em uma ação educacional enfrenta dificuldades e resistência da comunidade escolar, pois muitos profissionais que compõem as escolas resistem ao trabalho em equipe, portanto é bem mais cômodo cobrar atendimentos individualizados para os casos de alunos com dificuldades de aprendizagem e com laudos, pois o mesmo evita uma série de orientações as quais a escola e profissionais não estão dispostos a realizar ou mesmo voltar seu olhar.

No que diz respeito a psicologia no âmbito escolar, segundo Craveiro AV (2019) e o Conselho Federal de Psicologia (2019), atua realizando pesquisas, diagnóstico e intervenção preventiva ou corretiva em grupo ou individualmente, envolve em sua análise e intervenção todos os segmentos do sistema educacional, podendo atuar tanto no âmbito individual quanto no coletivo, porém esse processo precisa ter conexão com o próprio âmbito educacional, isto é,

não pode realizar atendimentos individuais para tratamento de transtornos mentais, pois esse processo corresponde a outro âmbito diverso do educacional.

No entanto, para Viana (apud CRAVEIRO AV, 2019), embora os psicólogos tenham consciência das contraindicações da utilização do modelo clínico dentro da escola, outros colaboradores e educadores não têm essa mesma clareza e ainda acreditam que o papel desse profissional no âmbito educacional é terapêutico, mantendo um conhecimento superficial sobre a atuação do psicólogo escolar.

Já a atuação dos assistentes sociais no ambiente escolar também traz dicotomias e debates acerca de seu fazer profissional. Segundo o Conselho Federal do Serviço Social (CFESS, 2001) os assistentes sociais nas escolas podem atuar realizando “diagnósticos sociais, indicando possíveis alternativas à problemática social vivida por muitas crianças e adolescentes, o que refletirá na melhoria das suas condições de enfrentamento da vida escolar”, além disso sua atuação busca a prevenção de situações de riscos e vulnerabilidade sociais.

Segundo Craveiro AV (2019), no Parecer Jurídico Nº 23, foi observado que, no contexto escolar, o assistente social desempenha atividades tanto no âmbito individual quanto coletivo. As ações desse profissional não devem se limitar aos “muros escolares”, buscando envolver a família e a comunidade no ambiente escolar, no entanto, devem ater-se a questões educacionais e quando demandado outras questões, o profissional deve fazer os devidos encaminhamentos para a rede de apoio/proteção e garantia de direitos.

8

A interface entre essas três áreas constitui as especificidades inerentes do trabalho da Equipe Multiprofissional da Educação no Município de Apuiarés, cuja efetividade depende de orientação interna, clareza de papéis e suporte institucional.

Entretanto, a inserção desses profissionais nas redes de ensino ainda é frequentemente atravessada por concepções reducionista que tende a deslocar para o estudante, ou para suas famílias, dificuldades que muitas vezes são produzidas no próprio contexto institucional, reforçando processos de medicalização da educação e buscando soluções imediatas para o fracasso escolar, enfraquecendo a dimensão coletiva e preventiva do trabalho multiprofissional.

Tal reflexão vai de encontro com o que Masini EFS (2015) ressalta sobre o psicopedagogo escolar, mas que se adequa aos demais profissionais de Equipes Multiprofissionais, afirmando que o profissional não poderá fazer quase nada se não puder contar com o apoio de uma infraestrutura para seu trabalho, isto é, a efetividade dessas equipes depende não apenas da presença formal dos profissionais na educação, mas também da compreensão, por parte da

gestão e da comunidade escolar, acerca dos limites e das possibilidades de sua atuação no campo educacional. É esse cenário de tensões entre o prescrito e o vivido que o presente relato busca analisar.

MÉTODOS

Este artigo caracteriza-se como relato de experiência longitudinal de natureza qualitativa (MINAYO MCS, 2012), articulado à perspectiva da pesquisa-intervenção (AGUIAR KF e ROCHA ML, 2003) e da análise institucional (LOURAU apud ROMAGNOLI RC, 2014), considerando que a pesquisadora integrou a equipe responsável pelo processo analisado, trata-se de uma narrativa analítica que reconhece a implicação da pesquisadora no campo investigado, adotando postura reflexiva diante da própria prática profissional.

O estudo foi realizado na rede municipal de educação de Apuiarés, município do interior do Ceará com 12.928 habitantes (IBGE, 2022), levando em consideração que a Equipe Multiprofissional da SME foi criada em março de 2024 em resposta à demanda crescente de laudos médicos que chegavam às escolas e que a mesma é composta por assistente social, psicóloga e duas psicopedagogas. O período de análise compreende os anos letivos de 2024 e 2025, totalizando um biênio de atuação.

9

Os dados foram coletados e sistematizados pelas próprias profissionais da Equipe Multiprofissional ao longo do período investigado. As fontes de dados incluíram: registros de visitas institucionais às escolas, fichas de atendimento individual e coletivo, relatórios de reuniões com gestores e professores, documentos institucionais (ofícios, solicitações, pareceres), relatórios semestrais e anuais de atividades da equipe. Todos os registros foram produzidos como parte da rotina de trabalho da equipe, sem intervenção externa para fins exclusivos de pesquisa.

O universo de atuação da equipe abrangeu todas as 18 unidades educacionais da rede municipal de Apuiarés. Não houve amostragem, uma vez que se trata de relato de experiência sobre a totalidade das ações desenvolvidas pela equipe no período estabelecido. Os dados analisados referem-se exclusivamente à atuação institucional pública da equipe, sem identificação de estudantes, famílias ou profissionais atendidos.

A análise qualitativa orientou-se pela identificação das principais tensões, avanços e desafios registrados pelos profissionais ao longo do biênio. Os dados foram organizados tematicamente, destacando-se: a) natureza das demandas encaminhadas à equipe pelas escolas;

b) estratégias de intervenção desenvolvidas; c) dificuldades encontradas na implementação da atuação institucional; d) transformações observadas nas concepções e práticas escolares. A análise considerou tanto aspectos quantitativos (volume e tipologia de atendimentos) quanto qualitativos (sentidos atribuídos, resistências, construção de novas práticas).

As limitações incluem subnotificação decorrente da ausência de registros em períodos de alta demanda de campo e resistência inicial de algumas unidades escolares à formalização das comunicações, tendo em vista que as escolas e a comunidade estavam habituadas a direcionar demandas apenas através de pedidos verbais, sem documentação formal. Tais limitações são, elas próprias, objeto de análise no presente estudo, pois revelam aspectos estruturais constitutivos do trabalho em questão. Adicionalmente, por se tratar de relato de experiência da própria profissional envolvida, reconhece-se o risco de viés interpretativo, mitigado pelo rigor reflexivo e pelo confronto dos dados com a literatura especializada.

No que concerne aos aspectos éticos, este relato de experiência foi conduzido sob o compromisso de preservar o sigilo e a privacidade de todos os envolvidos. Os dados e informações analisados decorrem da prática profissional sistemática e de registros administrativos rotineiros da Equipe Multiprofissional, sendo processados de forma analítica e agregada. Garantiu-se o estrito anonimato de estudantes, famílias e profissionais da rede municipal de Apuiarés mencionados nos documentos institucionais, assegurando que a análise cumpra os princípios éticos que regem as pesquisas em Ciências Humanas e Sociais, sem exposição de dados sensíveis ou identificatórios.

10

RESULTADOS E DISCUSSÕES

2024: O Ano do reconhecimento territorial e da fragilidade institucional

A Equipe Multiprofissional da SME de Apuiarés foi constituída a partir do Concurso Público realizado em 2023 e iniciou suas atividades integradas em março de 2024, após a convocação de uma assistente social e uma psicopedagoga, uma vez que o psicólogo concursado havia sido convocado em fevereiro, no entanto, o mesmo deixou o cargo em finais de março para assumir outra vaga. A composição inicial era, portanto, reduzida diante de uma rede que abrangia 18 unidades educacionais e aproximadamente 2.224 estudantes, dos quais cerca de 155 apresentavam laudos médicos, além de muitos outros em processo de investigação diagnóstica.

Esse cenário evidencia, de imediato, a inadequação da relação entre número de profissionais e demandas, que podem gerar risco de sobrecarga e comprometimento da

qualidade das intervenções. Apesar de não haver uma normativa referente ao quantitativo de alunos por profissionais do serviço social e psicologia há instrumentos legais em alguns municípios e estados que já pontuam a quantidade a fim de evitar excessos, mas no geral, esses profissionais tanto em redes municipais quanto estaduais ficam com acúmulo de demandas, reduzindo a eficácia de sua atuação.

Já no que tange ao quantitativo de alunos por profissionais da psicopedagogia encontramos nas Diretrizes da II Convenção de Discussão dos Trabalhadores de Psicopedagogia no Brasil, mediada pelo Sindicato dos Psicopedagogos do Brasil (2022) uma recomendação com o quantitativo de profissionais em relação a alunos matriculados em estabelecimentos de ensino, onde a orientação é que, numa instituição com até 1000 alunos, haja pelo menos 6 profissionais. Nessa perspectiva, observa-se que a proporção de alunos por profissionais em Apuiarés, levando em consideração toda a rede, é maior do que a recomendada, o que tende a reduzir a eficácia de sua atuação.

Ademais, no cenário de Apuiarés, a criação de uma Equipe Multiprofissional Educacional sofreu com a ausência de planejamento técnico prévio, de assessoramento especializado e de diretrizes claras por parte da SME criando um ambiente de trabalho marcado pela indefinição de papéis e pelo acúmulo de expectativas indevidas sobre um grupo reduzido de profissionais, na perspectiva de que esse grupo da equipe fosse solucionar todas as causas do fracasso escolar e atender as demandas de todas as 18 escolas do município com eficácia e excelência. Observou-se que esse cenário produziu sentimentos recorrentes de frustração entre as profissionais, associados à ausência de suporte institucional.

11

Além disso, as condições físicas para a atuação da equipe era bem precária, pois não tinham uma sala própria, ficavam num hall próximo a escada, sem privacidade para discutirem sobre trabalho ou realizarem reuniões, a ventilação do espaço era ruim e para os três profissionais iniciais só estava disponível um computador e uma impressora, portanto, enquanto uma profissional utilizava o computador, as demais, para trabalhar, tinham que trazer seus notebooks pessoais, caso contrário teriam que fazer revezamento para utilizar o computador disponibilizado pela SME.

Tais condições revelam que a institucionalização da equipe ocorreu de forma predominantemente administrativa, sem que sua criação formal fosse acompanhada da garantia de condições materiais mínimas para o exercício profissional no contexto educacional.

A situação, durante a instituição da equipe multiprofissional em Apuiarés, foi agravada por outros fatores estruturais: a assistente social foi imediatamente cedida, após sua convocação, para suprir uma licença da assistente social do Centro de Referência de Assistência Social Rural (CRAS) pelo período de três meses, dividindo sua carga horária entre duas secretarias; o psicólogo saiu da equipe para assumir outro concurso ficando a vacância para esse cargo que só foi preenchida com a convocação da profissional de psicologia em dezembro de 2024, no entanto, poucos dias depois a mesma entrou de licença-maternidade, impossibilitando sua atuação efetiva até junho de 2025; não obstante, em meados de junho de 2024, uma segunda psicopedagoga foi convocada pelo concurso e incorporada à equipe, todavia, a mesma também teve sua carga horária imediatamente dividida para atuar, duas vezes por semana, no Centro Especializado de Reabilitação Infantil (CERI), equipamento vinculado à Secretaria de Saúde.

A fragmentação da carga horária entre diferentes políticas públicas comprometeu a consolidação da identidade institucional da equipe, uma vez que reduziu a continuidade das ações e dificultou a construção de vínculos com a rede escolar.

Itinerâncias, escuta qualificada e primeiras intervenções

A Equipe Multiprofissional da Educação a partir de março de 2024, dedicou-se, inicialmente, ao alinhamento teórico-metodológico entre os profissionais, ao estudo das normativas que regem a atuação das Equipes Multiprofissionais na educação e à elaboração de instrumentais para visitas institucionais e registros técnicos.

Esse momento inicial também foi fundamental para a compreensão dos objetivos institucionais da SME de Apuiarés em relação à práxis da equipe. Entretanto, logo nas primeiras interlocuções com a gestão educacional, evidenciou-se a chegada expressiva de laudos clínicos apresentados pelas famílias às unidades escolares, os quais indicavam a necessidade de acompanhamento psicológico, psicopedagógico e, em muitos casos, de outros profissionais da área da saúde.

Essa compreensão reducionista passou a orientar os encaminhamentos escolares, deslocando a equipe de uma atuação institucional para demandas centradas no atendimento individualizado. Tal compreensão, contudo, revela um equívoco conceitual acerca do papel das Equipes Multiprofissionais na educação, uma vez que o trabalho desses profissionais deve possuir caráter institucional, preventivo e coletivo, voltado à mediação dos processos educacionais e à promoção de condições favoráveis ao ensino-aprendizagem, e não à

substituição dos serviços de saúde que deveriam ser ofertados pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Ambos os atendimentos são imprescindíveis, contudo, um não substitui o outro e cada profissional deveria atuar conforme a política em que está inserido.

Essa expectativa também evidencia a permanência de uma compreensão medicalizante das dificuldades escolares, na qual demandas institucionais são frequentemente deslocadas para intervenções centradas no indivíduo.

A implantação da equipe ocorreu sem planejamento institucional consistente, o que produziu indefinições quanto às atribuições profissionais, aos fluxos de atendimento e às prioridades da atuação. Diante desse cenário, a orientação dada pela gestão da pasta foi a realização de visitas a todas as unidades escolares da rede municipal, com o objetivo de mediar conflitos e acolher demandas.

Assim, nos meses de março e abril de 2024, foram realizadas visitas institucionais às 18 unidades escolares da rede municipal, contemplando Centros de Educação Infantil (CEIs), Unidades de Educação Infantil (UEIs) e Escolas de Ensino Fundamental e seus anexos. Essas visitas possibilitaram o conhecimento da localização, da estrutura física e das principais demandas institucionais, por meio de uma escuta qualificada que segundo Souza (apud RAZENTE HS, 2024) define como estratégia fundamental para o desenvolvimento da autonomia e da inclusão social fazendo a leitura da realidade educacional e social do território.

13

Mais do que um levantamento inicial, essas visitas constituíram um processo de reconhecimento do território institucional, permitindo compreender como as demandas escolares eram produzidas nas relações entre gestão, professores, estudantes e famílias.

Dessa maneira, foram coletados dados quantitativos e qualitativos sobre o total de estudantes, a quantidade de alunos com laudos, os casos em investigação diagnóstica e as demandas de vulnerabilidade social. Esse levantamento foi decisivo para o planejamento posterior das ações, especialmente considerando que nenhuma das profissionais possuía conhecimento prévio sobre a realidade local, ademais, a experiência anterior de cada integrante era diversa: a assistente social tinha trajetória nas políticas de saúde e assistência social; a psicopedagoga, na docência e na psicopedagogia clínica, o que, por si só, já evidencia a importância do alinhamento teórico-metodológico antes do início das intervenções.

Um dado interessante é que, neste primeiro contato com as escolas, foi observado que todos os casos direcionados à equipe pelos diretores e coordenadores escolares eram voltados aos alunos com deficiência, mostrando a importância da atuação da equipe com mais afinco para

formação de profissionais para lidar com a inclusão e os desafios que ela representa, seja por falta de recursos financeiros, estruturais, materiais ou profissionais.

No entanto, as duas profissionais que compunham a equipe se defrontaram com a impossibilidade de estar presente de forma consistente em todas as escolas, fazerem formações e atenderem individualmente alunos e professores. Além disso, boa parte das escolas ficavam em localidades distantes da sede do Município, necessitando de agendamento para ter um transporte da SME para levá-las nessas escolas.

Diante desse cenário, a partir de maio, iniciaram-se os atendimentos prioritários, encaminhados sobretudo por coordenadores pedagógicos e gestores escolares, uma vez que o contato direto com professores foi limitado pela dinâmica das visitas em horário de aula. Como consequência, a maior parte das solicitações encaminhadas à equipe restringia-se a demandas individualizadas, em detrimento da análise das condições institucionais que produziam parte dessas dificuldades.

Assim, as demandas sociais relacionadas a infrequência, vulnerabilidade, violação de direitos foram conduzidas pela assistente social por meio de visitas domiciliares e articulação com o Conselho Tutelar. As demandas de aprendizagem ficaram sob responsabilidade da psicopedagoga, ressalta-se que a precariedade material inicialmente descrita também repercutiu na realização desses atendimentos, restringindo a privacidade, a frequência e a qualidade das intervenções.

14

Apenas a partir do segundo semestre de 2024, com a incorporação da segunda psicopedagoga e a disponibilização de uma sala numa das creches da sede para atendimentos, houve relativa melhora nas condições de trabalho, ainda que o espaço fosse compartilhado com atividades de planejamento dos docentes e usado para armazenar cadeiras, mesas e recursos pedagógicos. Tal cenário reforçou a posição periférica atribuída institucionalmente à equipe dentro da rede e comprometeu novamente as condições de realização do trabalho desenvolvido, ademais, destaca-se que esses atendimentos ocorriam nos moldes terapêuticos, pois os gestores e professores da rede pressionavam as profissionais para haver esse tipo de trabalho e como não existia o esclarecimento e posicionamento de diretrizes claras sobre a atuação da Equipe Multiprofissional pela SME, esse acabou sendo o trabalho prestado pela Equipe Multiprofissional da Educação.

Destaca-se também que em abril de 2024, uma das psicopedagogas e a assistente social assumiram a função de articuladoras municipais do Programa PREVINE — "Violência nas

escolas, não!", coordenado pelo Ministério Público do Estado do Ceará por meio do Centro de Apoio Operacional da Educação (CAOEDUC). O município aderiu formalmente ao programa, implantando 17 Comissões de Proteção à Violência nas unidades escolares da rede. Essa iniciativa representa um avanço significativo na estruturação da rede de proteção das crianças e adolescentes, articulando a atuação da equipe multiprofissional às políticas intersetoriais de prevenção de violências (CEARÁ, s.d.).

(In)visibilidade e trabalho silencioso: uma tentativa de organização

Apesar dos avanços já produzidos pela equipe, mesmo com recursos limitados, evidenciou-se durante quase todo o ano letivo de 2024 a ausência de interação sistemática entre a Equipe Multiprofissional e a Equipe Pedagógica da SME, algo que é bastante significativo para o alinhamento das duas equipes e a elaboração de estratégias eficazes para a atuação de ambas. Contudo, não foram instituídas reuniões técnicas periódicas, repasse regular de informações ou espaços formais de planejamento conjunto, o que resultou em ações fragmentadas e de impacto limitado.

A ausência de articulação intersetorial limitou a efetividade do trabalho multiprofissional, uma vez que a atuação da equipe permaneceu dissociada do planejamento pedagógico da rede. Observou-se que as profissionais atuavam de forma periférica nos processos institucionais, sem participação nas formações da secretaria, acesso às decisões administrativas ou conhecimento sistemático das estratégias pedagógicas desenvolvidas nas escolas.

Esse contexto comprometeu a consolidação da equipe, cuja atuação permaneceu centrada em atendimentos individualizados diante do crescimento contínuo das demandas escolares. A ausência da profissional de psicologia, a insuficiência de recursos materiais e a inexistência de suporte institucional ampliaram o volume de trabalho das profissionais e evidenciaram a fragilidade da inserção da equipe na estrutura administrativa da rede.

No final de 2024, a integração física entre a Equipe Multiprofissional e a Equipe Pedagógica em um mesmo espaço favoreceu a comunicação entre os setores e ampliou a circulação de informações institucionais. A proximidade espacial contribuiu para maior articulação entre as equipes e para o reconhecimento mais consistente da atuação multiprofissional na rede. Apesar desse avanço, a equipe permaneceu parcialmente vinculada a práticas centradas em poucos sujeitos, o que ainda restringia o alcance coletivo das intervenções. Ademais, o atendimento individualizado era limitado pelo número reduzido de profissionais

diante da demanda existente. Como consequência, poucos estudantes foram acompanhados e, estes mesmos, com frequência insuficiente para a consolidação de vínculos e para a continuidade das intervenções.

De modo geral, o ano de 2024 caracterizou-se como um período de reconhecimento das dinâmicas institucionais e das especificidades da rede municipal. Embora tenha representado um avanço inédito para Apuiarés com a inserção de profissionais do Serviço Social, Psicologia e Psicopedagogia na educação, o processo foi marcado por limitações estruturais e técnicas significativas que comprometeram a continuidade das ações planejadas.

2025: Avanços normativos e persistência estrutural

O principal marco de 2025 foi a elaboração e aprovação interna das Diretrizes e Procedimentos da Equipe Multiprofissional. Construído pela própria Equipe Multiprofissional a partir da análise de documentos de outras redes de ensino e adaptado à realidade de Apuiarés, o material definiu fluxos para encaminhamento e acompanhamento das demandas escolares, além dos instrumentais necessários para o registro dos atendimentos. A formalização desses procedimentos representou um avanço estrutural em relação ao ano anterior, ao oferecer maior organização ao trabalho multiprofissional e tornar mais claros, para a comunidade escolar, os critérios e os fluxos de atendimento.

16

Após a aprovação interna pela SME, as Diretrizes foram apresentadas aos gestores e coordenadores das unidades escolares, juntamente com os instrumentais necessários para solicitação de atendimentos. Entretanto, o processo evidenciou que a compreensão acerca das atribuições da equipe permanecia limitada em diversas unidades educacionais, indicando que a formalização de documentos, isoladamente, não foi suficiente para redefinir a percepção institucional sobre a atuação multiprofissional, exigindo processos contínuos de sensibilização e diálogo.

Outra fragilidade observada foi a resistência de algumas unidades escolares à utilização dos canais formais de encaminhamento para solicitação de atendimento. Em diversas situações, as demandas continuavam sendo comunicadas por aplicativos pessoais ou por contatos informais, o que comprometeu o registro institucional e reforçou a pessoalização de responsabilidades que deveriam estar vinculadas aos fluxos administrativos da própria rede.

Essa dinâmica colocou as profissionais em posição de dependência em relação à disponibilidade das unidades escolares para formalizar demandas, dificultando o

acompanhamento sistemático de situações como evasão escolar e outras vulnerabilidades. Como consequência, os registros oficiais representem uma parcela significativamente menor do que o volume real de ações desenvolvidas pela equipe.

Em contrapartida aos avanços como as diretrizes, a reorganização do espaço físico, no início do ano letivo de 2025, interrompeu a convivência entre a Equipe Multiprofissional e a Equipe Pedagógica. A separação entre os setores reduziu novamente a comunicação institucional e fragilizou a construção conjunta de intervenções.

Apesar das limitações enfrentadas, a equipe demonstrou atuação relevante ao longo de 2025. Foram realizados diversos atendimentos educacionais, individuais e visitas institucionais às escolas, abrangendo intervenções psicopedagógicas e psicossociais, além de ações voltadas para a promoção da saúde mental, incluindo campanhas de conscientização e suporte aos professores. A equipe também promoveu palestras, rodas de conversas, ofereceu formações para profissionais da educação e participou de reuniões com famílias, resolvendo casos de evasão escolar. Também foram desenvolvidos materiais informativos e estratégias de recomposição das aprendizagens, ampliando o suporte oferecido à rede municipal.

Esses resultados demonstram que, mesmo em condições institucionais instáveis, a equipe ampliou progressivamente sua inserção na rede e consolidou práticas de caráter preventivo e intersetorial.

Análise Longitudinal: continuidades, rupturas e aprendizados.

A análise comparativa entre os dois anos evidencia uma trajetória de aprendizado institucional marcada por avanços progressivos e desafios persistentes. Em termos de continuidade, observou-se a permanência de uma compreensão reducionista da atuação multiprofissional, reforçada pela dupla vinculação entre educação e saúde, em contraste com a perspectiva educacional e coletiva que deveria orientar o trabalho da equipe. A subnotificação e a resistência à formalização dos fluxos também permanecem como entraves transversais ao biênio.

No que se refere às rupturas positivas, destacam-se: a elaboração das Diretrizes e Procedimentos Institucionais em 2025, a ampliação da equipe para sua composição completa, o aumento significativo do volume de ações registradas e a maior articulação com programas intersetoriais, como o PREVINE.

O principal aprendizado do biênio, contudo, reside no reconhecimento de que a consolidação do trabalho multiprofissional na educação básica não depende exclusivamente do compromisso e da competência das profissionais envolvidas. Como demonstrado, esse processo requer planejamento estratégico da gestão, definição institucional clara sobre as atribuições profissionais, superação da expectativa clínica historicamente atribuída a esses profissionais e garantia de condições estruturais dignas para o exercício do trabalho.

Tensão estrutural na atuação multiprofissional: a dupla vinculação entre educação e saúde

Um dos principais fatores que impactaram a atuação da Equipe Multiprofissional em 2025 foi a decisão administrativa de dividir a carga horária das profissionais entre a Secretaria Municipal de Educação e o Núcleo Inclusivo para Atendimento e Desenvolvimento de Crianças e Adolescentes com Deficiência e Transtorno do Espectro Autista (NAMA, antigo CERI), equipamento registrado no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), configurando-se como o principal nó crítico do ano. Diferentemente de 2024, quando apenas uma das psicopedagogas era cedida ao CERI duas vezes por semana, em 2025 todas as profissionais que compõem a equipe passaram a atuar até dois dias semanais fixos no NAMA, realizando quase 700 intervenções terapêuticas ao longo do ano nesse equipamento.

18

Tal configuração evidencia uma tensão estrutural entre políticas públicas distintas, nas quais o trabalho multiprofissional passou a ser utilizado de forma híbrida, sem delimitação clara entre finalidades educacionais e terapêuticas.

A inserção das profissionais no NAMA submeteu o trabalho educacional à lógica medicalizante, exigindo a produção de relatórios terapêuticos individualizados, estudos de caso e planejamento de sessões clínicas. Essas demandas passaram a competir diretamente com as ações preventivas e coletivas desenvolvidas na rede escolar.

Além disso, a coexistência entre dois campos de atuação – institucional e clínico – ampliou a complexidade do trabalho e exigiu métodos distintos de intervenção. A diferença de carga horária entre as profissionais (30 horas semanais para a assistente social e a psicóloga, e 40 horas para as psicopedagogas) também dificultou o planejamento conjunto e reduziu a realização de reuniões internas e ações coletivas.

A frequência dos atendimentos no NAMA mostrou-se insuficiente para garantir continuidade terapêutica, uma vez que muitos retornos ocorriam apenas em intervalos mensais

ou bimestrais. Esse cenário comprometeu tanto a eficácia dos atendimentos quanto a construção de vínculos com os usuários.

Ademais, a dupla vinculação também ampliou a fragmentação das práticas profissionais e gerou confusão entre as famílias atendidas. Como as mesmas profissionais atuavam tanto nas escolas quanto no NAMA, parte dos responsáveis passou a perceber os dois espaços como equivalentes – alguns dos responsáveis até alegavam que preferiam fazer a terapia na escola por ser mais perto de casa – desconsiderando as diferenças entre suas finalidades institucionais.

Situação semelhante ocorreu entre os próprios profissionais da educação, que passaram a ter maior dificuldade para distinguir os limites entre a atuação multiprofissional no campo educacional e no campo terapêutico. Essa sobreposição fragilizou a identidade profissional da psicopedagogia institucional e da psicologia escolar, especialmente em relação às práticas clínico-terapêuticas.

Dessa forma, a dupla vinculação não apenas reorganizou a carga de trabalho da equipe, mas também produziu um deslocamento institucional que tensiona os limites entre cuidado terapêutico e intervenção educacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

19

As Equipes Multiprofissionais na educação têm desempenhado papel relevante na promoção da formação integral dos estudantes por meio da articulação entre diferentes campos do conhecimento. A experiência da rede municipal de Apuiarés, ao longo do biênio 2024–2025, evidencia que a implantação dessas equipes envolve simultaneamente potencialidades e desafios, especialmente em municípios de pequeno porte, nos quais a estrutura administrativa e a disponibilidade de recursos tendem a limitar a consolidação do trabalho interdisciplinar.

Os dados analisados demonstram que a equipe atuou em condições institucionais adversas, marcada pela precariedade estrutural, fragmentação organizacional, e dupla vinculação entre políticas públicas distintas. Ainda assim, foram identificadas ações educativas, preventivas e de proteção social relevantes que contribuíram para a ampliação do atendimento aos estudantes e para o fortalecimento progressivo da atuação multiprofissional na rede municipal.

Desse modo, este estudo contribui para o debate sobre a implementação dessas equipes ao articular dados empíricos de um município do interior cearense com o referenciais da psicologia escolar, da psicopedagogia institucional e do serviço social educacional. A perspectiva

longitudinal adotada permitiu compreender processos de continuidade, mudança e reorganização institucional que análises pontuais tendem a invisibilizar.

Os resultados indicam a necessidade de redimensionamento da equipe diante da abrangência da rede, consolidação da atuação educacional frente às demandas clínicas, fortalecimento da comunicação formal com as unidades escolares e desenvolvimento de planejamento estratégico integrado entre os setores da Secretaria Municipal de Educação. Também se mostra necessária a realização de formações periódicas com gestores, coordenadores e docentes sobre as atribuições e os limites da atuação multiprofissional no espaço escolar.

Por fim, o estudo reforça que a efetividade das Equipes Multiprofissionais na educação depende não apenas de sua previsão normativa, mas da construção de condições institucionais, políticas e materiais capazes de sustentar sua atuação e ampliar a concretização do direito à educação de qualidade.

REFERÊNCIAS

ACAMPORA B, ACAMPORA B. Psicopedagogia Institucional: Guia Teórico e Prático. 2ª ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2023; 200p.

AGUIAR KF, ROCHA ML. Pesquisa-intervenção e a produção de novas análises. *Psicologia, Ciência e Profissão*, 2003; 27(4): 648-663.

20

BRASIL. Lei Nº 13.935, de 11 de Dezembro de 2019 – Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/l13935.htm>. Acesso em: 15 set. 2025.

BRASIL. Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 15 set. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <<https://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducspecial.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2025.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 15 set. 2025.

BRASIL. Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025 – Institui a política nacional de educação especial inclusiva e a rede nacional de educação especial inclusiva. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/decreto/d12686.htm>. Acesso em 10 jan. 2026.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 – Institui a lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em: 15 set. 2025.

CEARÁ. Ministério Público. Programa PREVINE – Violência nas escolas, não!. Fortaleza: MPCE, [s.d.]. Disponível em: <<https://mpce.mp.br/institucional/centros-de-apoio-operacional/caoeduc/programas/programa-previne-violencia-nas-escolas-nao/>>. Acesso em: 13 jan. 2026.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). Referências técnicas para atuação de psicólogas(os) na educação básica. 2ª ed. Brasília: CFP, 2019; 67 p.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). Serviço Social na Educação. Brasília: CFESS, 2001. Disponível em: <[http://www.cfess.org.br/arquivos/SS_na_Educacao\(2001\).pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/SS_na_Educacao(2001).pdf)>. Acesso em: 18 nov. 2025.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação. Série Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais. Brasília/DF: CFESS, 2012. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_SUBSIDIOS-AS-EDUCACAO.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2025.

CRAVEIRO AV. Equipe Multiprofissional e Educação Omnilateral: a experiência nas escolas municipais de Foz do Iguaçu de 2006 a 2016. Tese (Doutorado em Sociedade, Cultura e Fronteiras) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Foz do Iguaçu, 2019; 267p.

21

FRANCO RL. O Papel da Equipe Multidisciplinar e sua atuação nas escolas. Revista Mais Educação, 2022; 5(5): 855-867.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Demográfico 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ce/apuiaries.html>>. Acesso em: 22 de set. 2025.

MANTOAN MTE. Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?. São Paulo: Summus, 2015; 96p.

MASINI EFS. O psicopedagogo na escola. São Paulo: Cortez, 2015; 144p.

MENDES EG. Breve histórico da educação especial no Brasil. Revista Educación y Pedagogía, 2010; 22: 93-110.

MINAYO MCS. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. Ciência & Saúde Coletiva, 2012; 17(3): 621-626.

RAZENTE HS. Escuta qualificada e acolhimento de crianças e adolescentes no contexto escolar: possibilidades e desafios nas práticas educativas em saúde. Dissertação (Mestrado em Ensino das Ciências Ambientais.) – Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral, Matinhos, Paraná, 2024; 105 p.

ROMAGNOLI RC. O conceito de implicação e a pesquisa-intervenção institucionalista. *Psicologia & Sociedade*, 2014; 26(1): 44-52.

SAMPAIO S. 100 Questões comentadas em psicopedagogia: da teoria à prática. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2021; 284p.

SINDICATO DOS PSICOPEDAGOGOS DO BRASIL (SINDPSICOPP-BR). Diretrizes da II Convenção de Discussão dos Trabalhadores de Psicopedagogia do Brasil, 2022. Disponível em: <<https://www.sindpsicoppbr.com.br/download/tabela-salarial-para-psicopedagogos/>>. Acesso em: 20 set. 2025.

TAILLE Y, et al. Piaget, Vygotski, Wallon: teorias psicogenéticas em discussão. São Paulo: Summus, 2019; 176p.